

EDITORIAL

A propalada crise do Estado brasileiro tem conotações peculiares, o que, até certo ponto, impõe dificuldades a sua própria identificação em termos tanto de limites quanto de amplitude. A ilustração para essa situação concentra-se, basicamente: primeiro, na ausência de políticas sociais efetivas em atividades que tradicionalmente estiveram a cargo do Setor Público — saúde, saneamento, educação, habitação, segurança pública, etc. —; e, segundo, na falência do setor público no provimento das necessidades da população, principalmente no referente às limitações impostas pela estrutura federativa do País.

A crise do Estado também é associada às dificuldades de estabilização de preços e de redução ou eliminação dos níveis de desigualdade distributiva que tem caracterizado a economia brasileira nos últimos anos. Nesse contexto, os governantes nacionais começaram a adotar medidas de ajustes de fundamentos neoliberais, onde o núcleo da concepção é a desregulamentação do Estado. Assim, inicia na economia brasileira um acelerado processo de privatização de empresas estatais.

O processo de privatização no Brasil, embora só tenha se acelerado efetivamente a partir do Governo Collor, tem suas raízes no início dos anos 80, com a criação, em 1981, da Comissão Especial de Desestatização. Esse processo tem se caracterizado pela polêmica e por um significativo contingente de críticos. O centro dessa polêmica está na forma e nos resultados que as privatizações vêm consolidando. Em realidade, essa questão tem tal *performance* em razão da ausência de uma discussão *ex-ante* que responda às seguintes questões: por que privatizar? o que privatizar? como privatizar? quando privatizar? As respostas a essas perguntas certamente formatariam um projeto nacional, onde o processo de desestatização teria o seu espaço sem o vigoroso volume de contestações quanto aos seus resultados.

Essas questões remetem-nos a uma indagação: quais os rumos e as metamorfoses do processo de privatização brasileira? Tal indagação, dadas a sua importância, a sua amplitude e a sua complexidade, é o eixo principal do **Tema em Debate** deste número da revista **Indicadores Econômicos FEE**.

A seção **Conjuntura Econômica** dá seqüência à discussão e ao acompanhamento da implantação do Programa de Estabilização Econômica, centrando suas análises na terceira fase do Programa, mais conhecida como Plano Real. Para tanto, publicamos uma coletânea de artigos assinados pelos nossos tradicionais articulistas.

Na seção **Artigos de Conjuntura**, apresentamos um conjunto de textos que contribuem para a discussão de pontos fundamentais para a recuperação de um cenário estável na sociedade brasileira.

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), seguindo sua já tradicional linha de ação, espera estar contribuindo para o aprofundamento do debate técnico-científico sobre os grandes temas que estiveram presentes nas esferas de governo municipal, estadual e nacional.

A todos que conosco colaboraram para a produção deste número, os nossos agradecimentos.

O EDITOR